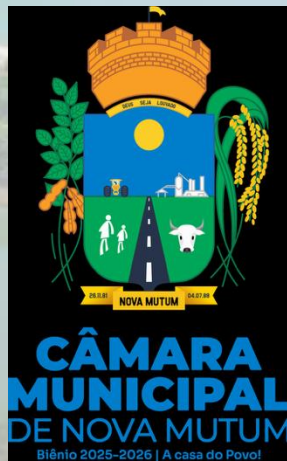


DESAFIOS DOS VEREADORES FRENTE A UNIVERSALIZAÇÃO E A LEGISLAÇÃO FEDERAL

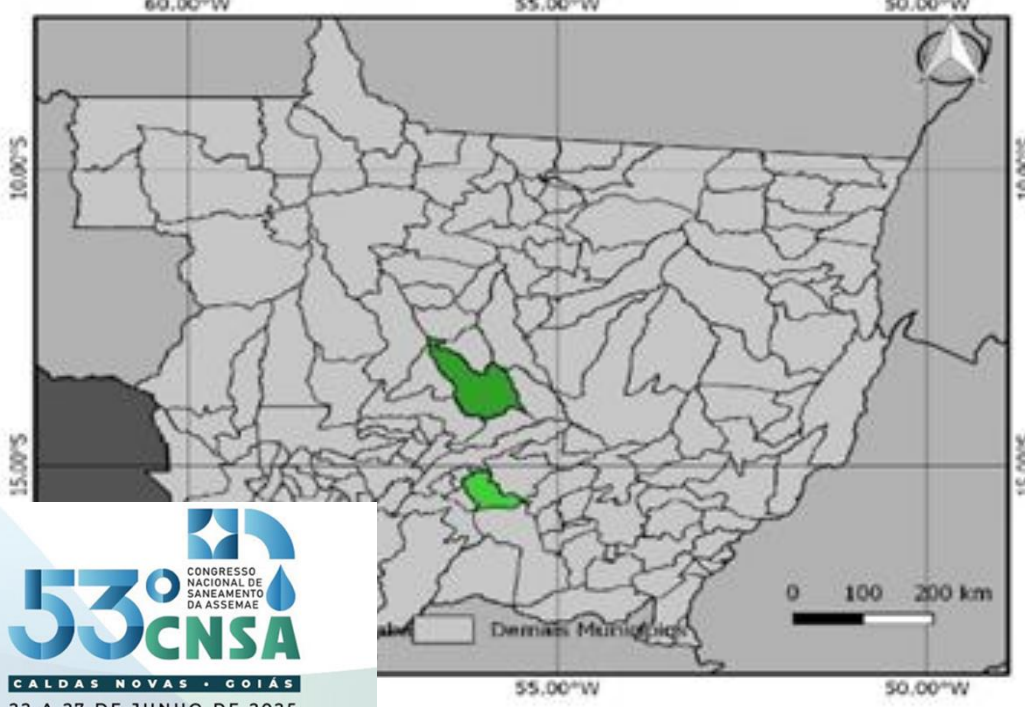
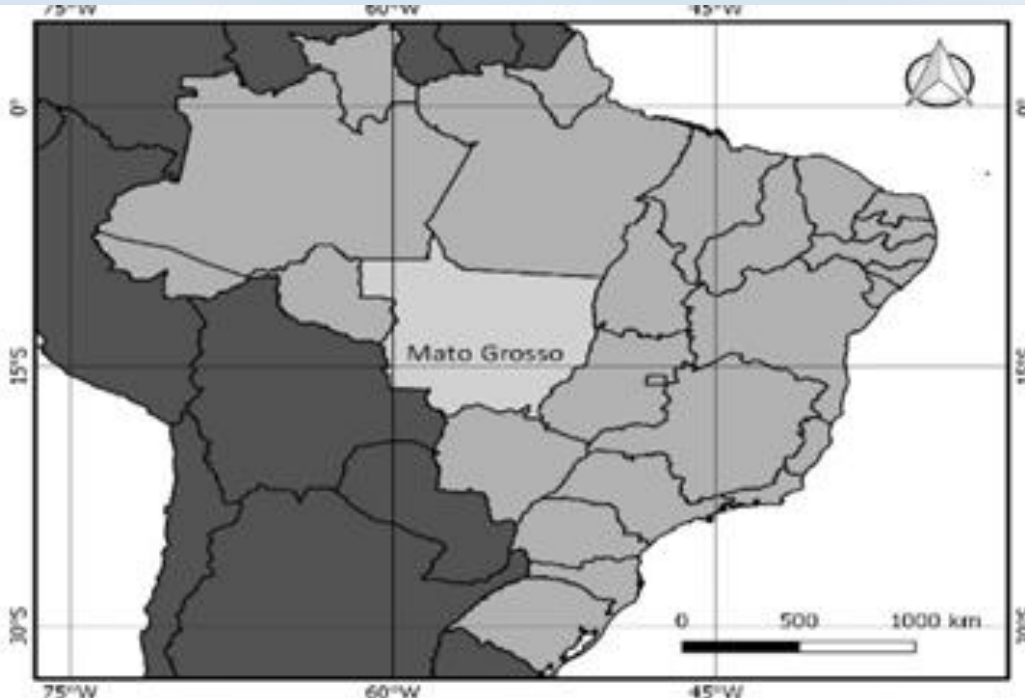


NOVA MUTUM - MT



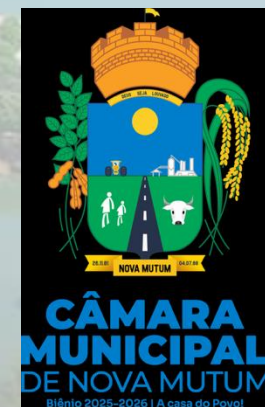
53° CNSA
CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO DA ASSEMAE
CALDAS NOVAS - GOIÁS
22 A 27 DE JUNHO DE 2025





NOVA MUTUM - MT

- **37 ANOS DE EMANCIPAÇÃO (1988)**
- **IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO) 0,758 – 3º DO MT**
- **ECONOMIA: 3º AGRO; 7º INDÚSTRIA; 7º GERAL DO MATO GROSSO**
- **PLANO DIRETOR - FERRAMENTA PERMANENTE DE PENSAR E PLANEJAR 70.000 HABITANTES**
- **FINANÇAS PÚBLICAS BEM SANEADAS**

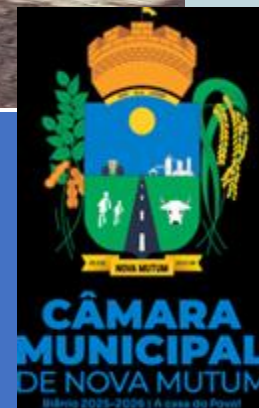


SAAE



53° CNSA
CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO DA ASSEMAE
Caldas Novas • Goiás
22 A 27 DE JUNHO DE 2025

ÁGUA UNIVERSALIZADA 22.000 UNIDADES CONSUMIDORAS





53° CNSA
CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO DA ASSEMAE
CALDAS NOVAS - GOIÁS
22 A 27 DE JUNHO DE 2025

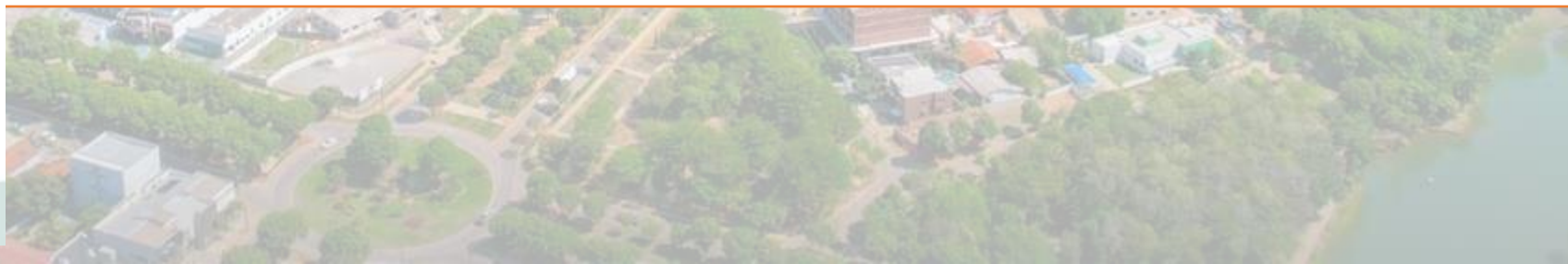

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM
1974-2024

RESÍDUOS SAAE



RESÍDUOS – UNIVERSALIZADO

- **COLETA SELETIVA:**
 - PROGRAMA RECICLO – PARCERIA COM ASSOCIAÇÃO DE CATADORES**
- **DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS ÚMIDOS PARA ATERROS LICENCIADOS**
- **CONCESSÃO ATRAVÉS DE PPP PARA: (em fase de implantação)**
 - **RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL**
 - **RESÍDUOS ARBÓREOS**
 - **EFLUENTES DE LIMPA FOSSA**
- **PROGRAMA PILOTO DE COMPOSTAGEM**



DRENAGEM



**LAGOAS DE CONTENÇÃO
CURVAS DE NÍVEIS (ZONA RURAL)
REDE DE CAPTAÇÃO PLUVIOMÉTRICA**



ESGOTO



ETE – EM OBRAS

CONSIDERAÇÕES:

- OS VEREADORES NÃO PODEM PROPOR PROJETOS DE LEI QUE CRIEM DESPESAS PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.
- SEUS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS SÃO OS REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES. QUE INDICAM NECESSIDADES DE CRIAÇÃO DE AÇÕES, OBRAS OU SERVIÇOS.
- NA ELABORAÇÃO DO PPA (PLANO PLURIANUAL), DA LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS) E DA LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL) É O MOMENTO OPORTUNO E LEGAL PARA O VEREADOR PROPOR EMENDAS QUE INCLUAM AÇÕES, PROJETOS, OBRAS, ETC.

- DURANTE A ELABORAÇÃO E OS ESTUDOS FEITOS PELOS CONSELHOS PARTICIPATIVOS, É UM MOMENTO ESTRATÉGICO E DEMOCRÁTICO PARA O VEREADOR SE APROXIMAR DA POPULAÇÃO E OUVIR AS DEMANDAS DIRETAMENTE DA BASE.
- DESTA FORMA, GANHAR LEGITIMIDADE PARA APRESENTAR EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS COERENTES E JUSTIFICADAS.

- **NO CASO DE NOVA MUTUM, A AUTARQUIA NÃO ESTÁ FILIADA A NENHUMA AGÊNCIA REGULADORA**
- **ISSO AUMENTA A RESPONSABILIDADE DO VEREADOR, NA MEDIDA EM QUE É DEFINIDO, ATRAVÉS DE LEI, A POLÍTICA E OS VALORES DAS TARIFAS DE SANEAMENTO.**

TARIFAS DE SANEAMENTO: VISÃO TÉCNICA X VISÃO POLÍTICA

- **ATRIBUIÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA**

- ✓ **ATUA COM BASE EM CRITÉRIOS TÉCNICOS E LEGAIS**

- ✓ **DEFINE TARIFAS CONSIDERANDO:**

- **CUSTOS OPEACIONAIS DO SERVIÇO;**

- **SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DA EMPRESA;**

- **NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS E MANUTENÇÃO COM VISTAS A UNIVERSALIZAÇÃO.**

- ✓ **GARANTE EQUILÍBRIO ENTRE EMPRESA E CONSUMIDOR.**

TARIFAS DE SANEAMENTO: VISÃO TÉCNICA X VISÃO POLÍTICA

• ATRIBUIÇÕES DO VEREADOR

- ✓ REPRESENTA OS INTERESSES DA POPULAÇÃO;
- ✓ TEM VISÃO POLÍTICA E SOCIAL SOBRE O IMPACTO DAS TARIFAS
- ✓ PREOCUPA-SE COM:
 - ACESSIBILIDADE ECONÔMICA DAS FAMILIAS
 - REPERCUSSÃO SOCIAL E ELEITORAL
 - JUSTIÇA TARFÁRIA

POTENCIAIS CONFLITOS

- DIFERENÇA ENTRE O OLHAR TÉCNICO O POLÍTICO
- PRESSÕES POPULARES POR TARIFAS MAIS BAIXAS
- NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAR:
 - VIABILIDADE DO SERVIÇO
 - PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR
 - TRANSPARENCIA NA COMPOSIÇÃO DAS TARIFAS

CAMINHOS PARA O EQUILÍBRIO

- DIÁLOGO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A AUTARQUIA/AGÊNCIA
- PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
- ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDOS TARIFÁRIOS
- EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DE CUSTOS TARIFÁRIOS.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

- Regionalização no Novo Marco Legal do Saneamento
- Base Legal
- Legislação Federal Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal)
- Alterações na Lei nº 11.445/2007
- Decretos complementares:
 - ✓ Decreto nº 10.588/2020
 - ✓ Decreto nº 11.598/2023

PRINCIPAIS PONTOS DOS DECRETOS

- Princípio da Regionalização
- União dos Municípios
- Municípios podem se unir regionalmente
- Organização por blocos ou consórcios públicos
- Cooperação interfederativa incentivada

OBJETIVOS DA REGIONALIZAÇÃO

- Viabilizar a universalização dos serviços até 2033
- Ganhos de escala e eficiência operacional
- Inclusão de municípios menores ou com baixa atratividade
- Acesso a investimentos públicos e privados

INSTRUMENTOS LEGAIS DE APOIO

- Prestação regionalizada com amparo legal
- Diretrizes para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores
- Planejamento coordenado para soluções sustentáveis

COM A REGIONALIZAÇÃO PRETENDE-SE

- Fortalecimento Regional para Universalização
- A regionalização é uma estratégia-chave para o sucesso do novo marco
- Municípios atuando juntos têm mais força técnica e econômica
- Caminho viável para garantir acesso universal ao saneamento

ALTERNATIVAS PARA ALCANÇAR A UNIVERSALIZAÇÃO - ESGOTO

1. **“ANDAR” COM OS PRÓPRIOS RECURSOS DO MUNICÍPIO**
 - ✓ IMPRESCINDÍVEL BUSCAR ESPERTISE; TER CORPO TÉCNICO CAPACITADO;
 - ✓ PLANEJAMENTO FINANCEIRO E GARANTIA DE RECURSOS
2. **PARTIR PARA UMA PPP OU CONCESSÃO PRIVADA;**
 - ✓ ENCONTRAR EMPRESA QUE TENHAM INTERESSE EM MUNICÍPIOS PEQUENOS
3. **COMPOR CONSÓRCIO OU BLOCOS REGIONAIS:**
 - ✓ FACILITA O CUMPRIMENTO DAS METAS LEGAIS E MELHORA A VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DOS PROJETOS.

SITUAÇÃO DO MATO GROSSO QUANTO AO CUMPRIMENTO DOS DECRETOS

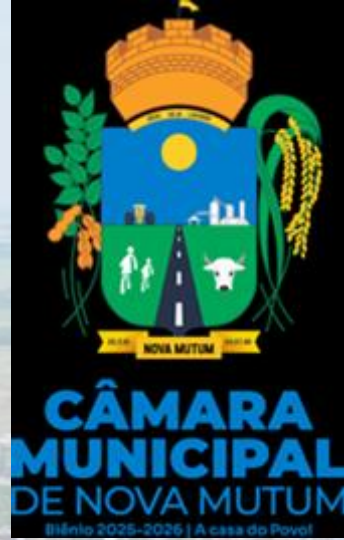
- PARA A EFETIVAÇÃO DE GRUPOS REGIONAIS, FAZ-SE NECESSÁRIO ESTUDO TÉCNICO, DE CADA REGIÃO
- O ESTADO DO MATO GROSSO AINDA NÃO CONCLUIU O ESTUDO.

CONCLUSÃO

UNIVERSALIZAR O SANEAMENTO É GARANTIR QUALIDADE DE VIDA ÀS PESSOAS.

EXIGE PLANEJAMENTO, ARTICULAÇÃO, COMPROMISSO POLÍTICO E CUMPRIMENTO DA LEI.

O VEREADOR É AGENTE FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO E GARANTIA DESTE MARCO LEGAL, NA MEDIDA EM QUE É REPRESENTANTE DOS ANSEIOS E NECESSIDADES DA POPULAÇÃO.



CARMEM CASAGRANDE
VEREADORA – NOVA MUTUM – MT
E-mail: carmem.casagrande.nm@gmail.com

